

Fórmula nova para dívida só após acordo com o FMI

MONICA YANAKIEW
Correspondente

MONTEVIDÉU — O Brasil só tentará novos mecanismos para negociar a dívida externa de US\$ 110 bilhões de dólares — como fizeram o México e a Argentina — quando tiver normalizado suas relações com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O primeiro passo, neste sentido, já foi dado quando o Governo reconheceu publicamente que cometeu um erro ao transformar sua incapacidade de pagar os juros da dívida aos bancos privados numa campanha política a favor da moratória e contra o FMI.

— A moratória foi declarada porque não tínhamos dinheiro para pagar. Mas isso já aconteceu antes no Brasil. O erro foi ter feito disso um carnaval, até porque só saímos perdendo — explicou um funcionário do Governo, que participou da reunião entre os Presidentes José Sarney, Raul Alfonsín (da Argentina) e Julio Maria Sanguinetti (do Uruguai).

A auto-crítica do Governo brasileiro acabou favorecendo, de certa forma, o Ministro da Economia da Argentina, Juan Sourrouille, que tem sido o principal alvo da oposição e de alguns políticos do partido do Governo, a União Cívica Radical (UCR). Criticado por sua política econômica — de continuar negociando com o FMI, mesmo depois da moratória brasileira, e de tentar cobrir o déficit público aumentando impostos — Sourrouille tentou convencer os ar-

gentinos que suspender os pagamentos dos juros só traria problemas: o País não receberá novos empréstimos, e os juros, que deixaram de ser pagos, se acumulariam aumentando o capital da dívida.

Já no ano passado, os argentinos tinham provas, obtidas numa visita do Secretario da Fazenda, Mario Broderson, a Brasília, de que o Brasil teria um prejuízo de cerca de US\$ 1 um bilhão (CZ\$ 87 bilhões) com a moratória. Na época o Ministro da Fazenda era ainda Luis Carlos Bresser Pereira. Agora, enquanto a Argentina — que por ter mantido boas relações com os credores e o FMI, obteve uma redução nas taxas de juros — inicia seu programa de capitalização de parte da dívida externa de US\$ 54 bilhões de dólares (CZ\$ 4,7 trilhões), o Brasil retoma as nego-

ciações da estaca zero. E sua principal preocupação é baixar o déficit público para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), calculado em US\$ 300 bilhões de dólares anuais (CZ\$ 26,1 trilhões).

— Se tivéssemos continuado do jeito que estávamos indo este ano, o déficit seria de 8% do PIB — disse a fonte. O déficit público tem vários ingredientes: serviço da dívida interna, serviço da dívida externa, que chegam aos US\$ 10 bilhões (CZ\$ 870 bilhões) anuais, empréstimos aos Municípios, Estados e às estatais, e o custo da máquina do Governo. Como o Governo já tentou cortar da sua lista de despesas o serviço da dívida externa e, mesmo assim, não aumentou suas reservas, decidiu optar pelo aumento dos impostos e a redução drástica dos empréstimos

aos Estados e Municípios, além da redução dos subsídios à agricultura e o controle dos aumentos salariais do funcionalismo público.

Segundo os cálculos do Governo, em janeiro de 1988 foram gastos CZ\$ 93 bilhões com salários do funcionalismo público, enquanto que, em janeiro de 1987, a folha de pagamentos foi de CZ\$ 14 bilhões. "Houve um aumento de 26% do salário real, enquanto os salários dos trabalhadores do setor privado ficaram estagnados", disse a fonte. Quando o déficit público for reduzido — e essa é uma das principais exigências do FMI, além do aumento das exportações, que geram divisas para pagar a dívida — o Brasil então tentará aproveitar os novos mecanismos de negociação da dívida, empregados pela Argentina e pelo México.

